

Desafios para o desenvolvimento econômico brasileiro

Márcia Miranda Soares¹

Resumo

O Brasil avançou pelo século XXI mantendo sua incômoda situação de país rico e subdesenvolvido. O crescimento econômico baixo e instável dificultou a superação dos altos níveis de desigualdade social e a melhoria em indicadores sociais que colocam o país distante das nações mais desenvolvidas, apesar de sua riqueza. Este artigo tem como objetivo apresentar dois problemas que inibem o desenvolvimento econômico do país, a falta de investimentos públicos em infraestrutura e a baixa produtividade do trabalho, e fazer recomendações para melhorá-los. A partir de revisão bibliográfica e dados secundários, o artigo conclui que o país precisa encontrar espaço orçamentário para os investimentos públicos. Para isso, pode fazer ajustes em gastos públicos menos redistributivos, como é o caso da previdência social, e deve diminuir os custos da dívida pública. Pelo lado da produtividade, a recomendação envolve políticas com efeitos de mais longo prazo, como a melhoria do ensino público. Num contexto político acirrado entre direita e esquerda, espera-se somar esforços para qualificar o debate eleitoral ao apresentar diagnósticos e possíveis soluções para alguns problemas brasileiros. O debate honesto e transparente de informações e de ideias é pilar da de-

1 Agradeço a colaboração de Samuel dos Santos Rodrigues, mestrando de Ciência Política na UFMG, na coleta e organização dos dados apresentados neste artigo.

mocracia e a única via para propiciar aos cidadãos maior clareza sobre o que propõem os candidatos, permitindo-os influenciar nas escolhas das políticas públicas.

Abstract

Brazil has advanced through the twenty-first century maintaining its uncomfortable situation as a rich and underdeveloped country. Low and unstable economic growth has made it difficult to overcome the high levels of social inequality and the improvement of social indicators that place the country far behind the most developed nations, despite its wealth. This article aims to present two problems that inhibit the country's economic development, the lack of public investments in infrastructure and low labor productivity, and to make recommendations for improving them. Based on a literature review and secondary data, the article concludes that the country needs to find budgetary space for public investments. To achieve this, it can adjust less redistributive public spending, such as social security, and should reduce the costs and growth of public debt. On the productivity side, the recommendation involves policies with longer-term effects, such as improving public education. In a heated political context between right and left, it is expected to join efforts to qualify the electoral debate by presenting diagnoses and possible solutions to some Brazilian problems. The honest and transparent debate of information and ideas is a pillar of democracy and the only way to provide citizens with greater clarity about what the candidates propose, allowing them to influence the choices of public policies.

Introdução

O Brasil completou um quarto do século XXI com avanços sociais importantes, mas insuficientes para tirar o país da condição de subdesenvolvimento. O crescimento baixo e instável da economia, quando

comparado a outros países similares, limitou a capacidade de promover desenvolvimento social. A média de crescimento econômico do Brasil, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) no período de 2001 a 2024, foi de 2,3%, metade do crescimento médio de 5,1% verificado nos 150 países com economias “emergentes e em desenvolvimento” (IMF, 2025), e do crescimento médio de 5% do BRICS², excluindo o Brasil (BANCO MUNDIAL, 2026a). O desvio padrão foi de 2,9% para o crescimento econômico brasileiro, 2,1% para os países emergentes e 2,5% para os parceiros de BRICS, o que significa que o país foi o mais instável no avanço de sua economia.

Outro indicador de volatilidade de nossa economia foi o posicionamento no ranking das maiores economias do mundo. Em volume de riqueza, medida pelo tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes em dólar, o Brasil oscilou sete posições de 2001 a 2025. Foi da 14ª posição em 2003 para a 7ª posição de 2010 a 2013. Em 2025, com um PIB de 2.256,91 bilhões de dólares, ficou na 11ª posição (IMF, 2025).

A despeito de figurar entre as maiores economias do mundo, o país apresenta indicadores econômicos e de bem-estar inferiores aos países desenvolvidos, o que explica sua condição de economia subdesenvolvida. O PIP per capita em dólares por paridade do poder de compra (PPC) brasileiro teve média de 8.463,75 de 2001 a 2025, muito inferior aos 44.273,13 dos 41 países classificados pelo FMI como “economias avançadas”. Entre países similares, o valor foi superior à média de 4.333,37 do grupo “emergente e em desenvolvimento” e à média de 6.313,93 dos parceiros do BRICS (IFM, 2025). No Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2022, o Brasil obteve 0,786 pontos e se situou no grupo de alto desenvolvimento e na 84ª posição no ranking de 193 países (UNDP, 2025). Em desigualdade na renda familiar medida pelo Gini, o valor de 0,516 colocou o Brasil na quinta posição de maior desigualdade dentre 168 países (World Bank Group, 2026).

2 Considera-se os parceiros mais antigos do Brasil no BRICS: África do Sul, China, Índia e Rússia.

Por que o Brasil não cumpriu a promessa de “país do futuro”?

Tendo condições naturais favoráveis, como grande extensão território, rica biodiversidade e abundância de recursos minerais, a resposta recai sobre a gestão do território e de seus habitantes. Aproveitamos mal nossas condições naturais e, dentre os motivos por que isso ocorre, temos o baixo investimento em infraestrutura e a baixa produtividade do trabalho. A carga tributária brasileira em 2024 foi de 32% do PIB, similar à média dos países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE (33,9%) e a mais alta de 26 países da América Latina e do Caribe, que apresentaram média ponderada de 21,3% (OCDE, 2025). Mesmo assim, os investimentos em infraestrutura têm sido baixos porque as receitas estão concentradas em financiar juros da dívida pública e gastos sociais, destacadamente a previdência que tem trajetória ascendente e é pouco redistributiva. A baixa produtividade do trabalho tem entre suas principais causas as desigualdades sociais, uma educação pública de baixa qualidade e a carência de investimentos públicos e privados em infraestruturas.

As eleições de 2026 para os Executivos e Legislativos nacionais e estaduais oferecem a oportunidade de discutirmos direções para o país alcançar o desenvolvimento econômico. Contudo, em um contexto de disputas políticas acirradas, o confronto democrático de ideias sobre a situação atual do país e o que precisa ser feito para impulsionar seu desenvolvimento econômico pode ser menosprezado no debate eleitoral.

Visando contribuir para o debate qualificado sobre os problemas brasileiros, este artigo está organizado em três seções, além dessa Introdução e das Conclusões. A primeira seção apresenta o problema do baixo desenvolvimento econômico em perspectiva comparada. A segunda seção analisa dois fatores importantes para explicar o subdesenvolvimento: baixo investimento público e baixa produtividade do trabalho. Por fim, a terceira seção aponta algumas possíveis ações do Estado que podem atacar esses problemas.

1. O subdesenvolvimento brasileiro

A literatura científica e instituições multilaterais, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), assim como os meios de comunicação, têm utilizado diferentes termos para posicionar o Brasil no contexto econômico global: “periférico”, em contraposição a “central”; “subdesenvolvido” ou “em desenvolvimento”, em contraposição a “desenvolvido”; “emergente”, em contraposição a “avançado”. O elemento em comum nessas tipologias, que servem a propósitos distintos, é o diagnóstico que o país não participa do mundo desenvolvido.

Os termos “em desenvolvimento” e “emergente” apontam para um país que se diferencia de muitos outros pelo tamanho de sua riqueza, mas que ainda não alcançou a condição de desenvolvido no plano social interno. O ideário de um país que se movimenta rumo ao mundo desenvolvido, superando seu passado colonial de atraso, ganhou impulso com a industrialização e a urbanização da Era Vargas (1930- 1945). O título do livro de Stefan Zweig publicado em 1941, “Brasil, país do futuro”, ofereceu o slogan de um país que estaria vocacionado ao sucesso, argumento que justificou ações políticas na segunda metade do século xx. Tivemos a segunda onda de industrialização do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), cujo Plano de Metas almejava um crescimento econômico de “50 anos em 5”. O “Milagre Econômico” (1968-1973) usou o crescimento econômico excepcional para camuflar o momento político mais repressor da ditadura militar e deixou um legado de inflação, endividamento público e desigualdades sociais. A década de 1980 foi chamada injustamente de “década perdida” por combinar hiperinflação e baixo crescimento econômico. O Brasil cresceu a uma média de 1,7% entre 1981 e 1990, uma queda brusca em relação à média de 8,7% observada na década de 1970 (Banco Mundial, 2026a).

A transição para a democracia ocorreu em contexto inflacionário e recessivo, mas a democracia conseguiu avanços políticos, sociais e econômicos importantes. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu os ali-

cerces democráticos para a superação de nosso subdesenvolvimento ao afirmar a inclusão social como um dos eixos centrais da organização político-administrativa, ampliando os direitos sociais. A década de 1990 foi marcada pelo controle inflacionário com o Plano Real (1994), uma recuperação tímida da economia (crescimento médio de 2,6%, conforme Banco Mundial, 2026a), aumento da carga tributária e dos gastos sociais.

Conforme Tabela 1, no primeiro um quarto de século XXI, o Brasil teve crescimento econômico tímido, melhor que a média dos países da OCDE e da América Latina e Caribe, mas pior que o desempenho médio observado no grupo dos emergentes e de parceiros do BRICS. E com oscilações somente similares aos países da América Latina e Caribe.

TABELA 1. Crescimento do PIB brasileiro em perspectiva comparada (2001-2024)

	Brasil	América Latina e Caribe	OCDE	BRICS sem Brasil	Emergentes e em desenvolvimento
2001	1,4	0,5	1,4	5,2	3,7
2002	3,1	0,2	1,5	5,4	4,4
2003	1,1	2,2	2,0	7,1	6,1
2004	5,8	5,7	3,3	7,5	7,8
2005	3,2	4,1	2,8	7,8	6,9
2006	4,0	5,3	3,0	8,6	7,8
2007	6,1	5,3	2,6	8,9	8,1
2008	5,1	3,7	0,4	5,3	5,6
2009	-0,1	-2,3	-3,4	2,0	2,6
2010	7,5	6,2	3,0	6,7	7,2
2011	4,0	4,4	1,9	5,5	6,2
2012	1,9	2,6	1,4	4,9	5,3
2013	3,0	2,7	1,6	4,6	5
2014	0,5	1,2	2,2	4,3	4,7
2015	-3,5	0,2	2,5	3,6	4,3
2016	-3,3	-0,7	1,9	4,0	4,3
2017	1,3	1,6	2,6	4,2	4,8
2018	1,8	1,2	2,4	4,4	4,6

	Brasil	América Latina e Caribe	OCDE	BRICS sem Brasil	Emergentes e em desenvolvimento
2019	1,2	0,3	1,8	3,1	3,8
2020	-3,3	-6,9	-3,9	-3,1	-1,8
2021	4,8	7,1	6,0	7,2	7
2022	3,0	4,1	3,1	2,8	4,3
2023	3,2	2,2	1,8	4,9	4,7
2024	3,4	2,3	1,8	4,1	4,3
Média	2,3	2,2	1,8	5,0	5,1
Desvio padrão	2,9	3,0	2,0	2,5	2,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial (2026a) e IMF (2025)

A despeito do crescimento tímido, o Brasil se manteve predominantemente entre as 10 maiores economias do mundo, conforme Tabela 2. Contudo, essa economia potente no cenário internacional, medido pelo tamanho nominal do PIB, não significa desenvolvimento interno, entendido esse como condições de vida satisfatórias e justas para sua população. A distância entre riqueza e bem-estar social pode ser observada na Tabela 2, quando posicionamos o Brasil frente aos outros países, a partir de três indicadores: PIB per capita em valores correntes de dólares, IDH e Gini. Os dados de PIB per capita apontam que o país precisa crescer mais para ampliar suas riquezas e redistribuí-la melhor entre a sua grande população (estimada em 213,4 milhões, conforme IBGE, 2025). Os dados de IDH posicionam o país no grupo de alto desenvolvimento humano, em posição intermediária no ranking dos 171 países analisados. O Gini é o pior indicador e posiciona o Brasil entre os mais desiguais do mundo.

A evolução temporal dos dados de PIB per capita e IDH aponta avanços positivos nas condições de vida, o que pode ser mais bem compreendido a partir de trabalhos como o de ARRETICHE (2015), que mostra grande avanço na diminuição da pobreza e na cobertura de serviços como educação fundamental, energia elétrica, água potável e coleta de lixo nos municípios brasileiros no período de 1970 a 2010, a partir de dados censitários do IBGE. Contudo, a autora aponta que persistem desigualdades locais e regionais importantes.

TABELA 2. Posicionamento do Brasil em indicadores econômicos e sociais (2001-2025)

Ano	PIB Nominal ¹			PIB Per Capita em PPP ¹			IDH ²			Gini ³		
	US\$ bi.	Posição	N.	US\$.	Position	N.	Valor	Posição	N.	Valor	Posição	N.
2001	559,98	12	194	3163,67	77	190	0,694	77	171	0,584	76	77
2002	509,80	13	195	2844,41	82	192	0,700	78	171	0,581	100	103
2003	558,23	14	195	3077,74	84	193	0,705	79	171	0,576	112	118
2004	669,29	13	196	3647,96	84	195	0,712	78	171	0,565	123	128
2005	891,63	12	196	4806,17	79	195	0,718	81	171	0,563	132	138
2006	1107,63	10	196	5906,24	74	195	0,725	81	171	0,556	139	146
2007	1397,11	10	196	7374,24	71	195	0,732	82	171	0,549	141	147
2008	1695,86	9	196	8863,27	70	195	0,739	83	171	0,540	139	149
2009	1669,20	8	196	8640,93	66	195	0,742	83	171	0,537	143	152
2010	2208,70	7	196	11341,27	62	196	0,748	83	171	0,537	146	154
2011	2614,03	7	197	13326,09	61	196	0,753	82	171	0,529	149	157
2012	2464,05	7	197	12465,45	65	197	0,758	83	171	0,534	151	158
2013	2471,72	7	197	12406,56	67	197	0,762	82	171	0,527	153	159
2014	2456,06	7	197	12230,67	67	197	0,765	84	171	0,520	152	159
2015	1800,05	9	197	8893,35	77	197	0,764	88	171	0,519	155	161
2016	1796,62	9	197	8812,50	75	197	0,765	89	171	0,534	155	162
2017	2063,52	8	197	10055,57	73	197	0,770	87	171	0,533	156	163
2018	1916,93	9	197	9281,67	80	197	0,774	86	171	0,539	158	165
2019	1873,29	9	197	9010,51	79	197	0,776	87	171	0,535	160	166
2020	1476,09	12	196	7057,07	86	196	0,770	82	171	0,489	152	166
2021	1670,65	12	196	7951,55	85	196	0,768	84	171	0,529	160	166
2022	1951,85	11	196	9256,48	83	196	0,780	86	171	0,520	163	168
2023	2191,14	9	196	10350,44	82	196	0,786	84	171	0,516	163	168
2024	2179,41	10	196	10252,02	84	196	--	--	--	0,516	163	168
2025	2256,91	11	192	10577,86	85	192	--	--	--	0,516	163	168

Fonte: Elaboração própria a partir de 1. IMF (2025); 2. UNDP (2025); e 3. Banco Mundial (2026b).

A conclusão é que o Brasil avançou devagar em seu crescimento econômico, aquém dos países em desenvolvimento ou emergentes, com melhorias na renda per capita e desenvolvimento humano e pior de-

sempenho na diminuição das desigualdades sociais de renda. A próxima seção apresenta dois problemas que têm emperrado o crescimento econômico e a distribuição de renda no país. O primeiro é o baixo investimento público, que não encontra espaço fiscal em um orçamento cada vez mais comprometido com gastos da previdência social e o pagamento de juros da dívida pública. O segundo problema é a baixa produtividade do trabalho, que tem entre suas causas, além das desigualdades sociais, os baixos investimentos e a qualidade precária da educação pública. Se conseguir avançar nesses dois pontos, o país poderá ter um crescimento econômico capaz de melhorar as condições de vida da população por meio do emprego e de políticas sociais redistributivas.

2. Baixos investimentos públicos e baixa produtividade do trabalho: duas causas do subdesenvolvimento

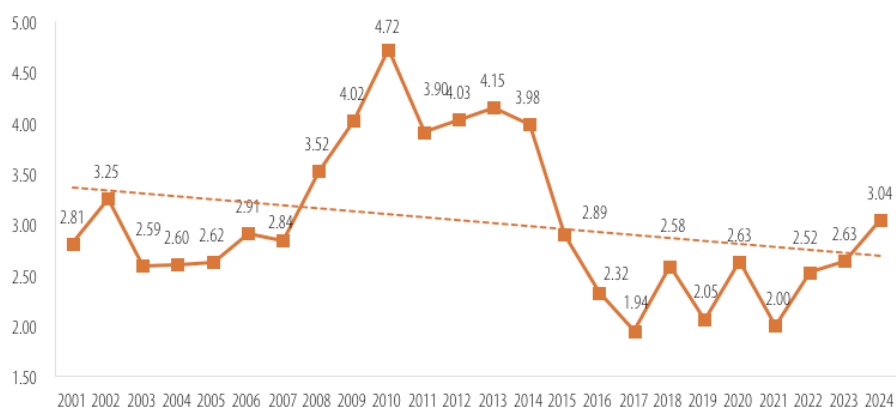
Investimentos públicos são os gastos de capital que os governos executam e que tendem a gerar riqueza (patrimônio). O objetivo não é acumular patrimônio, mas disponibilizar infraestruturas para promover o crescimento econômico e o bem-estar social. São exemplos as infraestruturas de transporte (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), energética (hidrelétricas, termoeletricas e usinas nucleares), tecnológicas (hardware, software e redes) e sociais (hospitais, escolas, habitação social e saneamento básico).

Estudo de Adarov, Clements e Jalles (2024), com 129 países emergentes e em desenvolvimento no período de 1980–2019, mostrou impactos positivos significativos dos investimentos públicos sobre o crescimento econômico. O aumento de 1% do produto interno bruto no investimento público aumentou a produção em 1,1% após cinco anos, em média. Efeitos positivos também foram observados na atração de investimentos privados e na produtividade laboral. Isso ocorre porque os investimentos públicos melhoram a eficiência no uso dos capitais físico e humano. Os maiores efeitos nos países foram observados quando houve eficiência e espaço fiscal para realizar investimentos.

Os efeitos variados dos investimentos públicos sobre a economia foram destacados em outro estudo (Miyamoto et al., 2020) que adverte sobre possíveis impactos negativos de investimentos sem uma “boa governança da infraestrutura”, ou seja, na falta de instituições fortes para administrar os investimentos com eficiência, controle de corrupção e responsabilidade fiscal. Investimentos ruins podem criar “elefantes brancos”, elevar a dívida pública e gerar custos de manutenção sem contrapartida em crescimento econômico e desenvolvimento social. O monitoramento e a avaliação, desde a análise inicial de custo-benefício, são ações necessárias para garantir retorno positivo.

No Gráfico 1 observamos que os investimentos públicos tiveram uma média de 3% do PIB, com uma trajetória errática e tendência de queda no atual século. Em perspectiva comparada, conforme relatório do FMI encomendado pelo governo brasileiro (Curristine et al., 2018), o governo geral brasileiro (União, estados e municípios) apresentou entre 1995 e 2015 uma média de 2,1% em investimentos públicos, valor três vezes menor que a média das economias emergentes, 2,5 menor que a média da América Latina e quadro vezes menor que a média dos parceiros de BRICS.

GRÁFICO 1. Investimentos do governo geral e empresas federais no Brasil, em % do PIB (2001-2024)



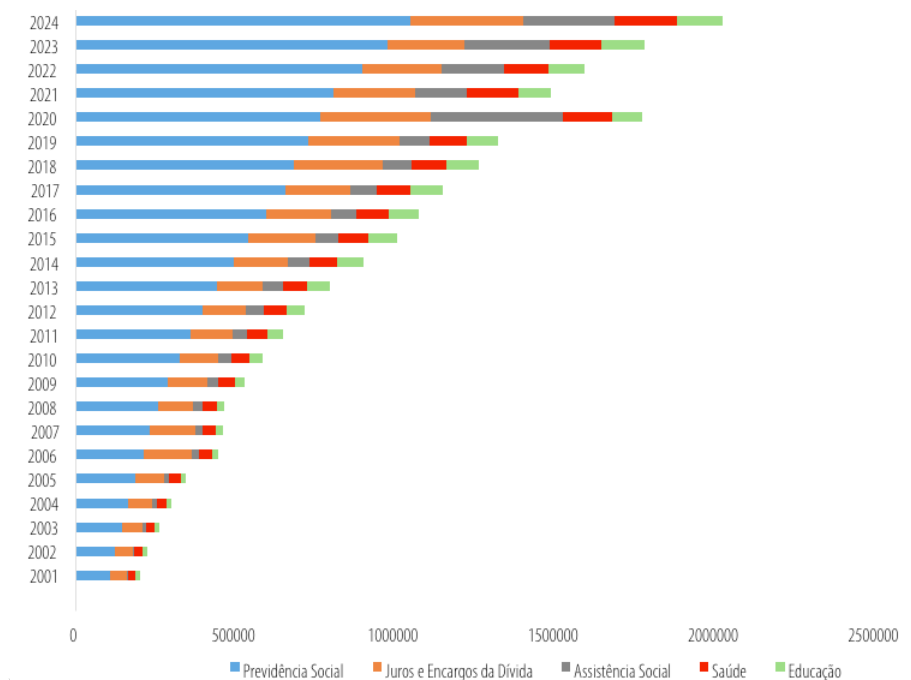
Fonte: Elaboração própria a partir de FGV IBRE (2026a).

Os investimentos públicos encontram espaço limitado no orçamento público brasileiro, que está estrangulado pelos gastos com juros da dívida pública e previdência social. O Gráfico 2 mostra a evolução de alguns dos principais gastos orçamentários do governo federal desde 2001. Observamos um comprometimento expressivo do orçamento com gastos na previdência social (média de 476,5 bilhões de reais) e com juros e encargos da dívida (média de 174,4 bilhões de reais). A assistência social teve o maior crescimento observado e alcançou um gasto média de 90,1 bilhões de reais no período, ultrapassando os gastos médios com saúde (83,8 bilhões de reais) e educação (64 bilhões de reais). O crescimento dos gastos sociais no período foi positivo, mas é preciso considerar que a previdência compromete parte significativa do orçamento e possui problemas redistributivos (Soares e Bloch, 2020). Situação pior é a dos gastos financeiros impulsionados pela política de juros altos do Banco Central para o controle da inflação. Projeções da Moneyou e Lev Intelligence. (2026) para o ano de 2026, numa comparação entre 40 países, aponta o Brasil como o quarto país com a maior taxa nominal de juros do mundo (15%) e o segundo em juros reais (9,23%), quando se deduz da taxa nominal a inflação. Os juros altos desestimulam o investimento privado, que teme os riscos econômicos do descontrole das contas públicas, que vislumbra maior benefício em aplicar no mercado financeiro ou maior risco em contrair empréstimo para investimento produtivo direto, como a construção de novas sedes, a aquisição de maquinários e gastos com inovação e tecnologia.

O baixo investimento público e privado é uma das principais causas da baixa produtividade do trabalho, outro aspecto importante para promoção do desenvolvimento econômico e que persiste como um desafio para a realidade brasileira. Ela pode ser entendida como a capacidade da força de trabalho de gerar riquezas, o que significa eficiência no uso do capital humano para produzir bens e serviços. Nessa perspectiva, um indicador para medir produtividade do trabalho é calculado dividindo o PIB pelo número de horas trabalhadas, conforme FGV IBRE (2026b). No Gráfico 3 observamos uma trajetória positiva na evolução dessa pro-

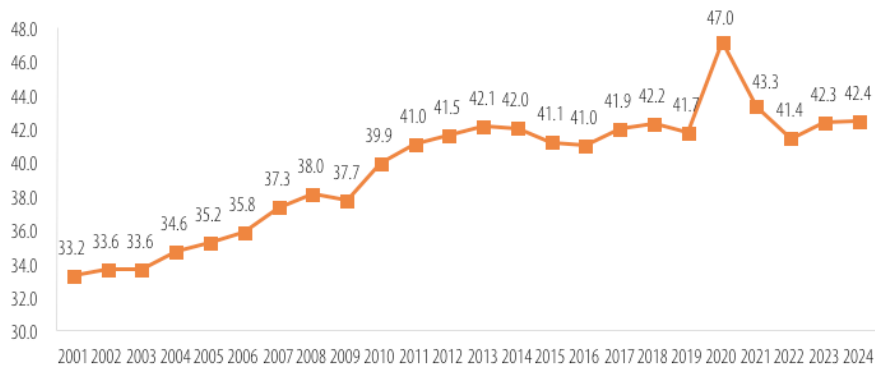
atividade. Silvia (2026) aponta que os ganhos em produtividade do trabalho foram impulsionados pelo setor agropecuário que, no período de 1996 a 2024, contribuiu em média com 61% do crescimento total, mesmo sendo um setor com “baixa participação no total do valor adicionado e das horas trabalhadas.” O setor industrial foi o de pior desempenho. Dados projetados pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2025) apontaram a média de 38.900,26 em produtividade do trabalho para o Brasil, medida pelo PIB por horas trabalhadas em dólares PPP a valores constantes de 2021, o que posicionou o país na 147ª posição dentre os 276 territórios analisados.

GRÁFICO 2. Evolução dos gastos públicos com educação, saúde, assistência social, previdência e juros da dívida (2001-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de BRASIL (2026). Obs. Os valores são de gastos liquidados e foram deflacionados pelo IPCA para dez. de 2024.

GRÁFICO 3. Produtividade brasileira por horas trabalhadas, em R\$ de 2021 (2001-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir de FGV IBRE (2026b).

Além dos investimentos, impactam na produtividade laboral brasileira a baixa qualidade da educação pública. Conforme dados do INEP (2026), a rede pública apresentou nota de 3,6 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), em uma escala de 0 a 10, em 2019, ano anterior à pandemia de Covid-19. Esse valor foi inferior ao observado na rede privada (6,0) e à meta pactuada de 4,7. O desempenho do Brasil em 2022 (INEP, 2023) no *Programme for International Student Assessment* (Pisa), avaliação internacional da OCDE que mede o desempenho de alunos de 15 anos em Matemática, Leitura e Ciências em 81 países, foi de 379 pontos em Matemática (entre a 62ª e 69ª posição), de 410 pontos em Leitura (entre a 44ª e 57ª posição), e de 403 pontos em Ciências (entre a 53ª e 64ª posição).

3. Políticas para promoção do desenvolvimento econômico

Para a promoção de um crescimento econômico sustentável e inclusivo no Brasil, a partir do aumento dos investimentos públicos e da produtividade do trabalho, seguem cinco recomendações gerais que merecem destaque no debate público:

1. É necessário abrir espaço fiscal para mais investimentos públicos, o que gera efeitos positivos sobre os investimentos privados e a produtividade do trabalho. Isso pode ocorrer por meio de uma política monetária de queda nos juros que não comprometa o controle da inflação. O controle inflacionário pode ocorrer por meio de um ciclo vicioso entre mais investimentos, aumento da produtividade do trabalho e crescimento econômico. A responsabilidade fiscal dos governos é importante para gerar esse ciclo vicioso porque causa menos pressão sobre o consumo, diminui o crescimento do endividamento e dos juros pagos.
2. Outra medida importante para abrir espaço fiscal para os investimentos, mas também para outros gastos sociais como a saúde, é uma nova reforma do sistema previdenciário. A reforma deverá frear o crescimento dos gastos com a previdência social e torná-la mais progressiva.
2. A produtividade do trabalho também deve ser impulsionada por melhorias na educação pública. O Novo Ensino Médio pode contribuir nessa direção. Há também exemplos bem-sucedidos de melhorias na qualidade da educação básica que podem ser seguidos, como é o caso do governo do estado do Ceará. Cabe ainda monitorar, avaliar e ajustar a educação profissionalizante, que se expandiu por meio de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e iniciativas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). A melhoria da produtividade via educação pública alcança os estratos mais pobres da população e pode gerar crescimento econômico inclusivo. O aumento da produtividade pode também contribuir para a diminuição da jornada de trabalho, pois importa mais a eficiência que a simples quantidade de horas trabalhadas.
4. Os gastos em infraestrutura e na educação pública precisam ser realizados com eficiência, lisura e efetividade, algo que requer mais e melhores planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Conclusões

O Brasil tem avançado pelo século XXI na incômoda e persistente condição de promessa incumprida em termos de desenvolvimento social. O crescimento econômico baixo freou as possibilidades de distribuir melhor a riqueza, elevando mais o PIB per capita e diminuindo o Gini, e maiores avanços nos serviços de bem-estar social, como saúde e educação.

Dois fatores importantes para a promoção de maior crescimento econômico têm sido problemáticos: os baixos investimentos públicos e a baixa produtividade do trabalho. O envelhecimento rápido da população, a dívida pública cada vez maior e as mudanças climáticas trazem desafios adicionais para superação desses problemas estruturais que travam o desenvolvimento do país.

Num contexto que enfatiza a divergência em torno de temas marginais, cabe a defesa do debate público democrático sobre diagnósticos e proposições que poderiam produzir consensos para reformas políticas necessárias para destravar o desenvolvimento econômico. O processo eleitoral deve ser uma oportunidade para a exposição clara e transparente de posições contrárias sobre o que fazer, requisito importante para escolhas mais informadas de políticas públicas pelos cidadãos no processo eleitoral.

Referências bibliográficas

ADAROV, Amat; CLEMENTS, Benedict e JALLES, João Tovar. Revisiting Public Investment Multipliers: Nonlinear Effects of the Business Cycle, Fiscal Space, Efficiency, and Capital Stock. **Policy Research Working Paper 10954**. World Bank Group. Development Economics Prospects Group, 2024. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/bbb8be60-fdf8-4353-abb1-945f72b65448/content>. Acesso em: 20 fev. 2026.

ARRETCHE, Marta. (org.). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 496 p.

BANCO MUNDIAL. Crecimiento del PIB (% anual). **Datos de cuentas nacionales del Banco Mundial y archivos de datos de Cuentas Nacionales de la OCDE**, 2026a. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>. Acesso em: 20 fev. 2026.

BANCO MUNDIAL. **Databank**: Índice de Gini – World, 2026b <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=1W>. Acesso em: 05 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. SIOPI - **Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento: Execução Orçamentária**, 2026. Disponível em: https://www1.sioip.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlko4&anonymous=true&sheet=SH06. Acesso em: 20 mar. 2026.

CURRISTINE, Teresa; GONGUET, Fabien; BETLEY, Mary; CROOKE, Matt; TANDBERG, Eivind; MIRANDA, Andrés Munoz; RABELLO Frederico; e VIÑUELA, Lorena. Brasil: Avaliação da Gestão do Investimento Público. Relatório de Assistência Técnica, FMI, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/importacao-arquivos/Relat-C3-B3rio-20PIMA.pdf>. Acesso em: 19mar. 2026.

FGV IBRE - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. **Observatório de Políticas Fiscais. Investimentos Públicos: 1947-2024**, 2026a. Disponível em: <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/investimentos-publicos/investimentos-publicos-1947-2024>. Acesso em: 13 mar. 2026.

FGV IBRE. **Observatório da Produtividade Regis Bonelli**, 2026b. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/observatorio-produtividade/temas/indicador-anual-de-produtividade-do-trabalho-agregada-desde-1981>. Acesso em: 12mar.2026

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2025). Estimativas da População 2025. Data de referência: 01/07/2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 05 mar. 2026.

ILO - INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION. **Output per worker (GDP constant 2021 international \$ at PPP) -- ILO modelled estimates, Nov. 2025** – Annual. ILO: ILOSTAT data explorer, 2025. Disponível em: https://rshiny.ilo.org/dataexplorer67/?id=GDP_211P_NOC_NB_A&ref_area=X04. Acesso em: 19 mar. 2026.

IMF - INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook**, 2025. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>. Acesso em: 20 fev. 2026.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes PISA 2022: Resultados**, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/apresentacao_pisa_2022_brazil.pdf. Acesso em: 17mar. 2026.

INEP. **Ideb Resultados**, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em 16 mar. 2026.

MATOS, Silvia. Fatores setoriais que impulsionaram o crescimento da produtividade do trabalho. Rio de Janeiro: FGV IBRE, 12 de fev. 2026. Disponível em: https://ibre.fgv.br/sites/ibre.fgv.br/files/arquivos/u65/prod_setorial_decomppt_o.pdf. Acesso em 17 mar. 2026.

MIYAMOTO, Hiroaki; BAUM, Anja; GUEORGUIEV, Nikolay; HONDA Jiro e WALKER, Sébastien. Growth Impact of Public Investment and the Role of Infrastructure Governance. In: **Well Spent: How Strong Infrastructure Governance Can End Waste in Public Investment**. Editor: Mr. Gerd Schwartz, Ms. Manal Fouad, Mr. Torben S Hansen, and Ms. Genevieve Verdier. International Monetary Fund, 2020 p. 344. Disponível em: <file:///C:/Users/soare/Downloads/9781513511818-9781513511818.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2026.

MONEYOU e LEV INTELLIGENCE. (2026). Ranking Mundial de Juros Reais. 28 de janeiro de 2026. Disponível em: <https://moneyou.com.br/wp-content/uploads/2026/01/rankingdejurosreais280126.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2026

OCDE et al. (2025). Estadísticas tributarias en América Latina y el Caribe 2025. OECD Publishing, Paris. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/es/publications/reports/2025/05/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2025_2922daa3/fobee3b4-es.pdf. Acesso em: 23 fev. 2026.

SOARES, Sergey e BLOCH, Carolina. (2020). Impactos distributivos do financiamento dos regimes previdenciários no BRASIL. Texto para discussão, n. 2536, Brasília: Ipea. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9306/1/DP_244.pdf. Acesso em: 04 mar. 2026.

UNDP - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human development Reports: Human Development Index trends, 2025, 1990-2023**. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/country-insights#/ranks>. Acesso em: 23 fev. 2026.

WORLD BANK GROUP. **World Development Indicators: Distribution of income or consumption, 2026**. Disponível em: <https://wdi.worldbank.org/table/1.3#>. Acesso em: 23 fev. 2026.

Márcia Miranda Soares · Professora associada do Departamento de Ciência Política e coordenadora do Núcleo de Estudos em Gestão e Políticas Públicas – *Publicus*, ambos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui doutorado em Ciência Política e pós-doutorado em federalismo fiscal. Trabalhou para o governo de Minas Gerais como diretora da Central de Projetos na Secretaria de Planejamento e Gestão. E-mail: marciamsoares@uol.com.br.